

**EDITAL**

<b>EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2025</b>	<b>Início em 28.7.2025 às 10h (horário de Brasília)</b>
<b>OBJETO</b>	
Credenciamento de empresas especializadas na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e/ou Vale Alimentação na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, com chip de segurança, nas bandeiras Visa, Elo ou Mastercard, com respectivas recargas de créditos mensais, para os empregados da AFEAM.	
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>	
O valor estimado é de R\$ 5.277.934,54 (cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) ao ano.	
<b>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</b>	
As despesas para atender a este credenciamento estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da AFEAM Planejamento Estratégico da AFEAM, na conta principal: Despesas de Pessoal – Benefícios e na Subconta: Programa de alimentação ao trabalhador. A AFEAM possui recursos próprios e não emite empenho.	
<b>VISITA TÉCNICA?</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>
<i>Não Exigida</i>	<i>Termo de Contrato</i>
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:</b>	
Vide anexo III deste edital.	
* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado no instrumento convocatório.	
<b>PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS</b>	
Vide anexo VI deste edital (Cronograma).	
<b>PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES</b>	
Deverão ser enviadas para o correio eletrônico: <a href="mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br">comissaodelicitacao@afeam.org.br</a> , entre os dias 28.7.2025 e 3.9.2025, das 9h às 18h (horário de Brasília)	

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2025

### 1. PREÂMBULO

**A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM**, doravante designada AFEAM, por meio da autoridade subscritora ao final assinada, torna público que se encontra aberto, a contar da publicação do aviso deste edital no Diário Oficial do Estado do Amazonas, o procedimento de habilitação com vistas a credenciar e, subsequentemente, contratar pessoas jurídicas, para administração, gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e/ou Vale Alimentação na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, com chip de segurança, nas bandeiras Visa, Elo ou Mastercard, com respectivas recargas de créditos mensais, para os empregados da AFEAM, esclarecendo que o presente procedimento será regido pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM e Lei nº 13.303, de 2016, e suas respectivas atualizações, bem como pelas disposições fixadas no edital e seus anexos, que o integram e complementam.

O procedimento de credenciamento é gerenciado pela AFEAM por intermédio da Comissão Especial de Credenciamento, doravante designada Comissão, constituída por meio da Resolução da Diretoria da AFEAM nº 98/2025, de 3.7.2025.

### **DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO:**

**DIA:** De 9.9.2025 a 10.9.2025.

**HORÁRIO:** Iniciará às 10h (horário de Brasília/DF) do dia de início de recebimento das propostas e documentos de habilitação e encerrar-se-á às 18h (horário de Brasília/DF) do último dia. Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, devendo os interessados observarem possíveis alterações decorrentes de fato(s) superveniente(s), condição em que a AFEAM publicará os novos prazos estabelecidos para melhor entendimento.

**FORMA DE ENVIO:** Todos os documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico: [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), conforme orientações constantes neste Edital, em especial no item 7.

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização dos atos do credenciamento na data marcada, o mesmo será remarcado automaticamente e terá início somente após comunicação via publicação aos interessados no sítio (<https://www.afeam.am.gov.br>).

## **2. DO OBJETO**

- 2.1. Contratação de empresas especializadas na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e/ou Vale Alimentação na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, com chip de segurança, nas bandeiras Visa, Elo ou Mastercard, com respectivas recargas de créditos mensais, para os empregados da AFEAM;
- 2.2. O contrato decorrente deste credenciamento será celebrado pelo prazo estabelecido no item 10 do *Termo de Referência* (Anexo I) podendo ser prorrogado, observadas as condições e limite estabelecidos pela legislação vigente e aplicável;
- 2.3. Modalidade: credenciamento;
- 2.4. Critério de Ordenamento dos Credenciados: Por seleção dos beneficiários;
- 2.5. Valor total do orçamento: R\$ 5.277.934,54 (cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) ao ano.

## **3. DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**

- 3.1. O Edital e seus anexos estarão disponíveis para *download* no sítio eletrônico da AFEAM (<http://www.afeam.am.gov.br/>) sem qualquer custo;
- 3.2. O aviso do credenciamento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no sítio eletrônico da AFEAM (<http://www.afeam.am.gov.br/>);
- 3.3. O Edital e seus respectivos anexos estão à disposição dos interessados na AFEAM, localizada na Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69.058-795, Manaus, Amazonas, a partir da data da publicação do aviso de credenciamento até às 18h (dezoito horas) do dia anterior à data de início do recebimento das propostas e documentos de habilitação mencionados no preâmbulo deste Edital, o valor de aquisição do Edital e seus anexos se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica. Os valores deverão ser recolhidos junto à Assessoria Financeira, que atende no mesmo horário de expediente da AFEAM, das 9h às 13h e das 14h às 18h (horário de Brasília);
- 3.4. As alterações no Edital e/ou seus anexos serão divulgadas pela AFEAM em seu sítio eletrônico (<http://www.afeam.am.gov.br/>), sendo de inteira responsabilidade do interessado acompanhá-las, estando as versões alteradas disponíveis aos interessados nos mesmos canais informados nos subitens 3.1 e 3.3.

Em caso de alteração nas datas e horários de realização do credenciamento, a AFEAM publicará novo aviso de credenciamento, na forma do subitem 3.2.

#### **4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO**

4.1. O instrumento convocatório poderá receber pedidos de esclarecimentos, providências ou ser impugnado, motivadamente por qualquer pessoa física ou jurídica até às 18h (dezoito horas), no horário oficial de Brasília, DF, do 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para o início do credenciamento;

4.2. Os pedidos de impugnações, informações e/ou esclarecimentos relativos ao presente credenciamento deverão ser devidamente identificados e formuladas por escrito, bem como enviados para o endereço da AFEAM, constante no subitem 3.3 ou pelo correio eletrônico [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br);

4.3. As impugnações, informações e/ou esclarecimentos encaminhados no prazo legal deverão ser processadas, julgadas, decididas e comunicadas em até 3 (três) dias úteis contados da sua interposição, limitado ao último dia útil anterior à data do início do credenciamento.

4.4. Na hipótese da AFEAM não responder até a data fixada no subitem anterior, o credenciamento será adiado, convocando-se nova data para realização do seu início com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

4.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio eletrônico da AFEAM (<https://www.afeam.am.gov.br/>);

4.6. Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estipulado no subitem 4.1, presumir-se-á que os elementos constantes neste Edital e suas partes integrantes são suficientemente claros e precisos para a participação das interessadas neste credenciamento;

4.7. Em caso de alterações no instrumento convocatório e seus anexos, será designada nova data para início do credenciamento, com a devida publicação do aviso de credenciamento pelos mesmos meios da publicação original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO**

5.1. Respeitadas as condições legais e as constantes do Edital, poderá participar deste credenciamento qualquer interessado legalmente estabelecido no país;

5.2. Não poderá participar do presente credenciamento, as empresas elencadas no Capítulo IV do RILC AFEAM;

5.3. Antes do julgamento da documentação, a AFEAM consultará os sistemas disponíveis de registro de impedimentos, em especial o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, Sistema de Impedidos de Operar – SIOP e/ou qualquer outro sistema disponível, para verificação da situação dos interessados em participar do credenciamento e, em caso de impedimento vigente, procederá análise para verificar se o motivo se enquadra em alguma das hipóteses do subitem 5.2;

5.3.1. Por força da Lei nº 13.303, de 2016, a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e também de seu(s) sócio(s) e administrador(es);

5.3.2. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação, a Comissão relatará o fato em documento destinado a este fim e concederá a respectiva empresa participante a oportunidade de manifestação acerca da matéria no prazo de 8h úteis, prorrogável por mais 8h úteis, comunicando a mesma, por meio de mensagem eletrônica e, após análise das defesas, que deverão ser encaminhadas ao correio eletrônico da Comissão [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), relatará o resultado em documento destinado a este fim;

5.3.3. A prorrogação de prazo de que trata o subitem 5.3.2 deverá ser solicitada por meio do correio eletrônico [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), antes de findar o prazo inicialmente concedido;

5.3.4. Os documentos produzidos pela Comissão Especial de Credenciamento mencionados no subitem 5.3.1 acima, serão divulgados no sítio eletrônico da AFEAM (<http://www.afeam.am.gov.br/>).

## **6. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

6.1. Para se habilitar ao credenciamento, o interessado deverá satisfazer os requisitos relativos a(o):

6.1.1. pedido de credenciamento, conforme modelo do Anexo II;

6.1.2. documentos de habilitação: habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, vide Anexo III; e,

6.1.3. declaração unificada, conforme modelo do Anexo IV.

6.2. O interessado será responsável administrativa, civil e criminalmente pela

fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos que apresentar em qualquer fase do credenciamento, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que a Comissão julgar necessários.

6.3. Não serão aceitos:

6.3.1. protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no edital; e,

6.3.2. documentos ilegíveis ou com rasuras.

6.4. Serão desconsideradas as informações contidas em documentos cuja veracidade não possa ser devidamente comprovada pela Comissão.

6.5. Os documentos remetidos por meio de mensagem eletrônica, poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela AFEAM.

6.6. O **PEDIDO DE CREDENCIAMENTO** consistirá em documento que deverá ser preenchido, assinado e apresentado pelo interessado, conforme o modelo do Anexo II, do edital.

6.7. Na hipótese de qualquer documento vir assinado por procurador, também deverá ser apresentado o respectivo instrumento de mandato, lavrado na forma pública ou particular, esta última com a firma do subscritor reconhecida em cartório.

## **7. REMESSA DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

7.1. Os interessados no credenciamento deverão remeter à Comissão, por intermédio do correio eletrônico (e-mail) [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), os arquivos eletrônicos em formato PDF (Portable Document Format), contendo toda a documentação para a habilitação descrita no item 6.1 deste Edital;

7.2. Será considerada única e exclusivamente a documentação remetida a partir 10h do dia 9.9.2025 até às 18h do dia 10.9.2025 (horário de Brasília).

7.2.1. A capacidade da caixa de entrada do correio eletrônico (e-mail) [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br) é de 35 MB (trinta e cinco megabytes);

7.2.2. Caso o tamanho total da documentação para habilitação a ser remetida ultrapassar o limite indicado no subitem 7.2.1, o interessado deverá fracioná-la e remetê-la à Comissão em tantas mensagens quanto necessário numeradas em ordem crescente;

7.2.3. Serão considerados para registro de recebimento data, hora e minutos da última remessa de mensagem eletrônica (e-mail) contendo a documentação para habilitação do interessado.

7.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos no edital e seus anexos;

7.4. Não será conhecida a documentação para habilitação apresentada por outros meios, exceto os expressamente previstos no edital;

7.5. Não serão permitidos adendos ou alterações na documentação que tiver sido apresentada, fora do prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital, ressalvada a faculdade de a Comissão promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer dos interessados;

7.6. A Comissão não se responsabiliza por quaisquer falhas de comunicação que venham a ocorrer durante a remessa dos documentos pelos interessados.

## **8. HABILITAÇÃO**

8.1. A documentação para habilitação remetida pelo interessado para a Comissão será examinada em sessão sem a presença de público, a ser realizada pela Comissão, no endereço do preâmbulo do edital, no período provável estabelecido no Cronograma da Comissão Especial de Credenciamento, continuando no dia útil seguinte, se necessário;

8.2. Os interessados que preencherem os requisitos exigidos no edital e seus anexos serão considerados habilitados para serem credenciados para prestação dos serviços de que este edital trata;

8.3. Quando identificada(s) inconsistência(s) na análise da documentação do participante, sobre o atendimento das exigências habilitatórias, a Comissão poderá realizar diligência para comprovação da exigência solicitada pela AFEAM;

8.3.1. Em caso de diligência, a Comissão solicitará ao participante a documentação faltante para envio no prazo de 8h úteis, prorrogável por mais 8h úteis, por meio de mensagem ao correio eletrônico do participante, que deverá atender no prazo estabelecido, por meio do envio da documentação ao correio eletrônico da AFEAM [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), a qual, após análise, relatará o resultado em documento destinado a este fim;

8.3.2. A prorrogação de prazo de que trata o subitem 8.3.1 deverá ser solicitada por meio do correio eletrônico [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), antes de findar o prazo inicialmente concedido;



8.3.3. A diligência realizada pela Comissão, caso necessária, será conduzida com base na interpretação do Tribunal de Contas de União – TCU em seu Acórdão nº 1211/2021-TCU-Plenário sobre o princípio do formalismo moderado, o qual considera que a vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação por equívoco ou falha;

8.3.4. Com base nos princípios da eficiência e eficácia, serão analisados os documentos faltantes e/ou que contenham as falhas sanáveis, e informados ao licitante para que providencie sua regularização em prazo a ser estabelecido pela Comissão, em oportunidade única;

8.3.5. Poderá ser concedida nova oportunidade e prazo ao participante para regularização de sua documentação, caso a Comissão entenda a necessidade de nova realização de diligência em documento novo apresentado pelo participante em diligência anterior;

8.3.6. Caso a(s) diligência(s) realizada(s) pela Comissão não saneie(m) as eventuais falhas apontadas ou, ainda, que seja constatado o desatendimento das demais exigências habilitatórias, o participante será INALIBILITADO.

8.4. Será considerado inabilitado ao credenciamento o participante:

8.4.1. que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos no item 6 deste Edital, ou apresentá-los fora da validade ou em desacordo com o edital e seus anexos; e/ou,

8.4.2. que se encontrar em quaisquer das situações de impedimento previstas no subitem 5.3, do edital.

8.5. Concluída a conferência da documentação pela Comissão, o resultado preliminar será publicado no sítio eletrônico da AFEAM na internet ([www.afeam.gov.br](http://www.afeam.gov.br)), definindo-se os interessados habilitados e inabilitados com as respectivas razões da inabilitação;

8.6. Após a divulgação do resultado preliminar, o participante inabilitado poderá, se desejar, na forma e no prazo estabelecido no item 10 deste Edital, por meio de mensagem ao correio eletrônico da AFEAM, encaminhar manifestação, sob pena de decadência, informando a discordância das razões de sua inabilitação;

8.7. O resultado definitivo acerca das habilitações e inabilitações, será divulgado no sítio eletrônico da AFEAM na internet ([www.afeam.gov.br](http://www.afeam.gov.br)) após decorridos os prazos e as etapas e constantes do item 10 deste Edital.



## **9. RECURSO**

9.1. Em decorrência da inversão de fases neste procedimento de credenciamento, será admitida fase recursal única, após a etapa de resultado preliminar da habilitação, podendo qualquer participante manifestar sobre a intenção de recorrer contra o resultado do credenciamento, obrigatoriamente, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), a ser remetida para o endereço de correio eletrônico [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), no prazo de 8h úteis, a partir da divulgação dos resultados pela AFEAM.

9.1.1. A falta de manifestação motivada do interessado, no prazo de 8h úteis, importará a decadência do direito de recurso;

9.1.2. Não será conhecido o recurso subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no procedimento como representante do participante;

9.1.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, remetidas para o endereço de correio eletrônico [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e serão divulgadas no sítio eletrônico da AFEAM na internet ([www.afeam.gov.br](http://www.afeam.gov.br));

9.1.4. Após a divulgação das razões recursais, ficam os demais participantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões, também via correio eletrônico [comissaodelicitacao@afeam.org.br](mailto:comissaodelicitacao@afeam.org.br), em igual prazo de 5 (cinco) dias úteis, e serão divulgadas no sítio eletrônico da AFEAM na internet ([www.afeam.gov.br](http://www.afeam.gov.br));

9.1.5. Durante o prazo recursal, os autos do presente processo de credenciamento permanecerão com vista franqueada aos participantes interessados, no setor da Comissão, localizada na Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69.058-795, Manaus, Amazonas, em dias e horário de expediente da AFEAM, das 9h às 13h e das 14h às 18h (horário de Brasília), e a qualquer tempo, os documentos produzidos pela Comissão estarão disponíveis no sítio eletrônico da AFEAM na internet ([www.afeam.gov.br](http://www.afeam.gov.br)).

9.2. Na análise do recurso, a Comissão poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos;

9.3. O recurso deve ser dirigido à Comissão, que terá 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar ou encaminhar o recurso à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, e serão divulgadas no sítio eletrônico da AFEAM na internet ([www.afeam.gov.br](http://www.afeam.gov.br)).

## **10. DA SELEÇÃO DOS CREDENCIADOS**

10.1. A AFEAM realizará procedimento interno de seleção para que os próprios empregados/beneficiários façam a opção pela CREDENCIADA da sua preferência;

10.2. Homologado o credenciamento pela autoridade competente e antes da assinatura do contrato, a(s) empresa(s) credenciada(s) será(ão) convocada(s) para os procedimentos internos de seleção pelos beneficiários da AFEAM, conforme os procedimentos descritos no subitem 4.1.4 do Termo de Referência (Anexo I).

10.3. A(s) empresa(s) credenciada(s) que não forem escolhidas no procedimento interno de seleção, não terão direito a contratação, ou seja, a simples participação no credenciamento não gera expectativa de direito à contratação.

## **11. DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Realizada a fase interna de seleção pelos beneficiários das empresas credenciadas, a(s) empresa(s) selecionada(s) será(ão) convocada(s) para assinar o contrato, no modelo constante do Anexo V, ou emitido instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela AFEAM;

11.1.1. Serão convocados para assinar o contrato com a AFEAM as empresas credenciadas selecionadas, na forma do edital e seus anexos;

11.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a AFEAM para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a AFEAM poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da(s) empresa(s) credenciada(s), mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;

11.1.3. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da empresa credenciada a possua, no mesmo prazo indicado no subitem 11.1.2.;

11.2. A recusa injustificada ou não comparecimento da empresa credenciada para assinar o contrato no prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, sendo presumida sua desistência de celebrar o contrato, e acarretará as seguintes consequências:

11.2.1. Perda de todos os direitos da empresa credenciada com relação à adjudicação do objeto do presente credenciamento, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas constantes neste Edital e no RILC AFEAM;

11.2.2. Decorridos 90 (noventa) dias da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, fica(m) a(s) empresa(s) credenciada(s) liberada(s) dos compromissos assumidos;

11.3. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa credenciada, nos termos de seu contrato social ou por procurador, com poderes especiais para o ato;

11.3.1. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a empresa credenciada mantém as condições de habilitação;

11.3.2. Caso a empresa credenciada apresente pendência relativas às condições de habilitação ou à correta identificação do signatário e/ou empresa adjudicatária, a empresa credenciada deverá providenciar a regularização de sua situação para apresentação da documentação até a data de assinatura do contrato;

11.3.3. As condições constantes da minuta de contrato, conforme Anexo V, constituem basicamente o texto integral do contrato a ser firmado com a empresa credenciada, obrigando-se este, desde já, por seu mais amplo conhecimento, a aceitá-la tal como redigida, para todos os fins e efeitos jurídicos emergentes deste credenciamento;

11.3.4. Considera-se também como recusa injustificada, sujeita a empresa credenciada às penalidades previstas no subitem 11.2.1, a não apresentação dos documentos referidos no subitem 11.3.2;

11.3.5. Caso o contrato da empresa credenciada seja superior aos limites de valores estabelecidos no art. 1º. da Lei estadual nº 4.730, de 2018, este deverá possuir o Programa de Integridade para contratar com a AFEAM:

a) Se a empresa credenciada possuir o programa, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando sua existência, nos termos do artigo 9º da Lei estadual nº 4.730, de 2018;

b) Caso a empresa credenciada não possua o programa, a implantação deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de celebração do contrato, sob pena de multa e rescisão contratual, conforme a Lei estadual nº 4.730, de 2018.

11.4. O prazo de vigência da contratação está estabelecido no item 10 do Termo de Referência (Anexo I), podendo ser prorrogado, observadas as condições e limite estabelecidos pela legislação vigente e aplicável;

11.5. Uma vez assinado o termo de contrato, o objeto contratado estará sujeito a fiscalização, nos termos dos artigos 216 ao 218 do RILC AFEAM, durante toda sua vigência, que poderá ser prorrogado mediante aditamento observado o estabelecido no artigo 180 do RILC AFEAM;

11.5.1. Insere-se, em especial, no âmbito da atividade fiscalizadora, o poder da AFEAM de rejeitar objetos ou serviços prestados pela contratada, caso seja constatado que a suas especificações não se coadunem com as exigências previstas neste Edital e anexos;

11.5.2. Se a qualidade do(s) serviço(s) prestado(s) não corresponder(em) ao exigido neste Edital, a contratada poderá ser chamada para, dentro do prazo definido pela AFEAM, fazer as devidas correções e/ou complementações, ou refazer o serviço, sob pena de aplicação das sanções administrativas constantes neste Edital e no RILC AFEAM.

11.6. O fornecimento decorrente deste procedimento poderá ser alterado qualitativa e quantitativamente, desde que por acordo das partes, conforme artigos 183 ao 189 do RILC AFEAM;

11.7. A extinção do contrato, ocorrerá pelas vias e na forma admitida no Código Civil brasileiro;

11.8. Caso a empresa credenciada se recuse a formalizar a entrega do objeto dentro dos prazos acordados, sem justificativa por escrito e aceita por esta AFEAM, estará sujeito a aplicação das sanções administrativas constantes neste Edital e no RILC AFEAM, bem como acarretará a decadência do direito de fornecimento:

11.9. O recebimento do objeto seguirá as normas previstas no RILC AFEAM, sendo a forma de recebimento do objeto deste instrumento convocatório a ser realizada da seguinte forma:

11.9.1. De forma definitiva, confirmado pelo gestor do contrato, após atesto do fiscal técnico sobre a entrega do objeto, verificando sua qualidade, quantidade e conformidade, e do fiscal administrativo sobre a documentação relativa ao pagamento, em documento específico para esse fim, concretizando assim a execução do objeto.

11.10. O pagamento deverá ser efetuado de acordo com as disposições contratuais, mediante a apresentação de nota fiscal ou fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado;

11.10.1. O pagamento com apresentação de fatura somente será aceito, caso a contratada, por meio de previsão em legislação específica, esteja desobrigado de emitir nota fiscal;

11.10.2. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

11.10.3. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando a contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

c) deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à AFEAM ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à AFEAM.

11.10.4. Quando houver glosa parcial, a AFEAM deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado;

11.10.5. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção na fonte de encargos fixados por lei, na forma da legislação específica;

11.10.6. Caso não verificada uma das situações de fato previstas no subitem 11.10.3, a falta de regularidade fiscal não autoriza a retenção do pagamento devido à contratada, que será notificada para regularizar a situação perante o INSS ou o FGTS, sob pena de rescisão contratual.

11.11. A AFEAM está autorizada a proceder retenção preventiva de créditos devidos a contratada em função da execução do contrato, quando assim se fizer necessário, para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento contratual da contratada;

11.12. A empresa credenciada que falhar na execução do contrato ou cometer qualquer tipo de fraude, inclusive fiscal, estará sujeita às sanções administrativas constantes neste Edital e no RILC AFEAM.

## **12. REMUNERAÇÃO, FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO DA CONTRATADA**

12.1. Não há previsão de custos para a AFEAM no presente credenciamento, pois haverá somente repasse de valores de benefícios, não havendo pagamento de despesa com taxa de administração;

12.1.1. O valor percentual relativo à taxa de administração será fixo, zero e irrevogável, durante toda a vigência do contrato;

12.1.2. Haverá somente o reajuste dos créditos aos beneficiários, de forma anual, em virtude de acordo coletivo da AFEAM.

12.2. Os pagamentos serão realizados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após a apresentação da Nota Fiscal e atesto do fiscal técnico do contrato, que se dará após a verificação dos documentos constantes no item 6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

12.3. A simples divulgação neste edital e em seus anexos dos serviços não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas interessadas no credenciamento, não cabendo às participantes o ressarcimento de eventuais prejuízos alegados pelo seu não credenciamento ou não contratação, ou pelo fato de o faturamento mensal, em caso de contratação, não atingir os níveis pretendidos pelas interessadas.

### **13. VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

13.1. A duração do processo de credenciamento será estipulada conforme Cronograma de Credenciamento (Anexo VI).

13.2. Os interessados em se habilitar no presente credenciamento deverão realizar a remessa da documentação exigida conforme prazo estipulado no Cronograma de Credenciamento (Anexo VI).

13.3. A qualquer tempo a AFEAM pode suspender, adiar, revogar ou encerrar o credenciamento.

### **14. HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO**

14.1. As hipóteses de descredenciamento, estão previstas no item 4 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### **15. HIPÓTESES DE RESOLUÇÃO E RESILIÇÃO DO CONTRATO**

15.1. Garantida a prévia defesa, o contrato será resolvido, a qualquer tempo, quando a empresa contratada credenciada, der causa a uma das hipóteses previstas na minuta de contrato, Anexo V deste edital.

15.2. Qualquer das partes pode solicitar a rescisão do contrato, a qualquer tempo, mediante manifestação escrita encaminhada à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições deste instrumento convocatório e contratual, bem como a do RILC AFEAM, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeitar-se-à as sanções constantes no item 18 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Integram este Edital os seguintes anexos:

I – Termo de Referência;

II – Pedido de Credenciamento;

III – Documentos de Habilitação;

III- A – Declaração de Capacidade Financeira (poderá ser prescindida quando os índices estiverem calculados no balanço apresentado);

IV – Declaração Unificada;

V- Modelo de Contrato;

VI – Cronograma de Credenciamento.

17.2. A Autoridade Competente pode, a qualquer momento, revogar o presente credenciamento, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação;

17.2.1. Cumprida à mesma autoridade, o dever de anular este credenciamento, em qualquer tempo ou fase, de ofício ou por provocação de terceiros, caso venha a ser constatada qualquer ilegalidade no procedimento ou no julgamento, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;

17.2.2. A revogação ou anulação do credenciamento deverá ocorrer mediante ato escrito e fundamentado e quando ocorrida após a fase de habilitação, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da lei;

17.2.3. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e documentação e a AFEAM não será responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do credenciamento, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que



tiver suportado no cumprimento do contrato, em decorrência de anulação do contrato.

17.3. É facultado à Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase deste credenciamento, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de habilitação;

17.3.1. A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos interessados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época do início do credenciamento, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

17.4. A diligência efetuada pela Comissão junto aos participantes deverá ser atendida em prazo compatível com suas solicitações, que será de 8h (oito horas) úteis, considerando a validade do prazo apenas em horário de expediente da AFEAM, contados a partir da solicitação efetuada pela Comissão ao participante por meio de envio de mensagem eletrônica ao correio eletrônico informado pelo interessado;

17.4.1. É facultado à Comissão prorrogar o prazo por mais 8h (oito horas) úteis, a partir de solicitação fundamentada feita pelo participante, antes de findo o prazo estabelecido pela Comissão no subitem 17.4;

17.4.2. Na hipótese de necessidade de suspensão dos trabalhos da Comissão para a realização de diligências, a Comissão informará no sítio eletrônico da AFEAM ([www.afeam.am.gov.br](http://www.afeam.am.gov.br)) a nova data e horário para a sua continuidade, e a ocorrência será registrada em ata;

17.4.3. Em caso de não atendimento à solicitação da Comissão ou mesmo a recusa em atendê-la, no prazo fixado ou em eventual prorrogação concedida, o participante será inabilitado e, ainda, sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital;

17.4.4. O interessado que abandonar o credenciamento, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório;

17.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

17.6. As decisões da Comissão durante os procedimentos deste credenciamento serão fundamentadas e registradas no sítio eletrônico da AFEAM ([www.afeam.am.gov.br](http://www.afeam.am.gov.br)) com acompanhamento por todos os participantes;

17.7. A qualquer tempo, antes da data fixada para entrega da documentação, poderá a autoridade competente, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, com a devida publicação do aviso de licitação no sítio eletrônico da AFEAM (<http://www.afeam.am.gov.br/>), exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar as condições de participação do credenciamento;

17.8. A apresentação da documentação implica para o interessado a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento;

17.9. Qualquer alusão à marca constante das especificações técnicas do objeto deste credenciamento, deverá ser considerada marca de referência, admitindo-se apresentação de similar;

17.10. A AFEAM poderá, desde que não tenha conseguido suprir suas necessidades, a qualquer tempo e na forma da lei, realizar novos credenciamentos, por meio da divulgação de um novo edital, mesmo que existam credenciados, posicionando, neste caso, os novos credenciados na ordem sequencial, imediatamente, após os credenciados pelo presente edital;

17.11. A AFEAM poderá utilizar-se – suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados – de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional;

17.12. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;

17.13. O Edital poderá ser lidos e/ou obtidos, na íntegra, na forma descrita no subitem 3.3 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM - RILC/AFEAM está disponível em: <<https://www.afeam.am.gov.br/regulamentos/>>;

17.14. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, DF;

17.15. Do resultado deste credenciamento divulgar-se-á Ata no sítio eletrônico da AFEAM ([www.afeam.am.gov.br](http://www.afeam.am.gov.br));

17.16. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas;



17.17. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o foro da comarca de Manaus, Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Manaus, 25 de julho de 2025.

**MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO**  
Diretor-Presidente